Int
Administ

À
Comissão de Valores Mobiliários – CVM
Att.: Sr. Carlos Alberto Rebello Sobrinho
Superintendente de Registro de Valores Mobiliários

Ref.: Relatório Trimestral do LRS FIDC RESP LTDA referente ao 3° Trimestre de 2025.

1) Resultados da última verificação do lastro dos direitos creditórios realizado pelo custodiante, nos t
art. 38 do Anexo Normativo II da Resolução 175. Considerando a totalidade do lastro, passível ou não
trimestralmente ou em periodicidade compatível com o prazo médio ponderado dos direitos creditó
carteira, o que for maior, o custodiante dos direitos creditórios deve verificar a existência, integridad
titularidade do lastro dos direitos creditórios que ingressaram na carteira no período a título de subs
assim como o lastro dos direitos creditórios vencidos e não pagos no mesmo período.

Não há pendência de registro de lastros referentes aos Direitos Creditórios no trimestre.

2) Resultados do registro dos direitos creditórios no que se refere à origem, existência e exigibilidade
ativos;

Não há créditos que não foram aceitos para registro no trimestre.

3) Eventual ajuizamento de ação judicial de cobrança ou propositura de processo administrativo, judi
arbitral envolvendo a classe de cotas, bem como a indicação do percentual do patrimônio envolvido

Não houveram.

4.1) os efeitos de eventual alteração na política de investimento sobre a rentabilidade da carteira de

Sem alteração.

4.2) Em relação aos originadores que representem individualmente 10% (dez por cento) ou mais da c
direitos creditórios no trimestre:
a) critérios para a concessão de crédito adotados pelos originadores, caso tais critérios não tenham s
no regulamento ou em outros demonstrativos trimestrais; e

Não aplicável.

b) eventuais alterações nos critérios para a concessão de crédito adotados por tais originadores, casc
adotados já tenham sido descritos no regulamento ou em outros demonstrativos trimestrais;

Não aplicável.

4.3) Eventuais alterações nas garantias existentes para o conjunto de direitos creditórios;

Não aplicável.

4.4) Forma como se operou a cessão dos direitos creditórios, incluindo:

a) descrição de contratos relevantes firmados com esse propósito, se houver; e

Não houveram cessões de direitos creditórios.

b) indicação do caráter definitivo, ou não, da cessão de direitos creditórios;

Não houveram cessões de direitos creditórios.

4.5) Impacto dos eventos de pré-pagamento no valor do patrimônio líquido e na rentabilidade da car

Não houve.

4.6) Condições de alienação, a qualquer título, de direitos creditórios, incluindo:

a) momento da alienação (antes ou depois do vencimento); e

Não houve.

b) motivação da alienação;

Não houve.

4.7) Impacto no valor do patrimônio líquido e na rentabilidade da carteira de ativos de uma possível descontinuidade, a qualquer título, da originação ou cessão de direitos creditórios; e

Não houve.

4.8) Informações sobre fatos ocorridos que afetaram a regularidade dos fluxos financeiros oriundos d creditórios, incluindo, mas não se limitando, a quaisquer eventos que acarretem na liquidação ou am antecipada de direitos creditórios.

Não houve.

5) No caso de classe destinada ao público em geral que adquira precatórios federais:
a) se o precatório permanece na ordem de pagamento da União; e

Não aplicável.

b) sobre eventual existência de impugnação judicial ou fatos supervenientes capazes de alterar a ord

Não aplicável.

Atenciosamente,

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

trag
tração Fiduciária

termos do
› de registro,
rios da
le e
tituição,



e desses



icial ou
e em risco;



ativos;

carteira de

ido descritos

os critérios

trag
tração Fiduciária





teira;





trag
tração Fiduciária





dos direitos
ıortização





trag

tração Fiduciária

em ou o

